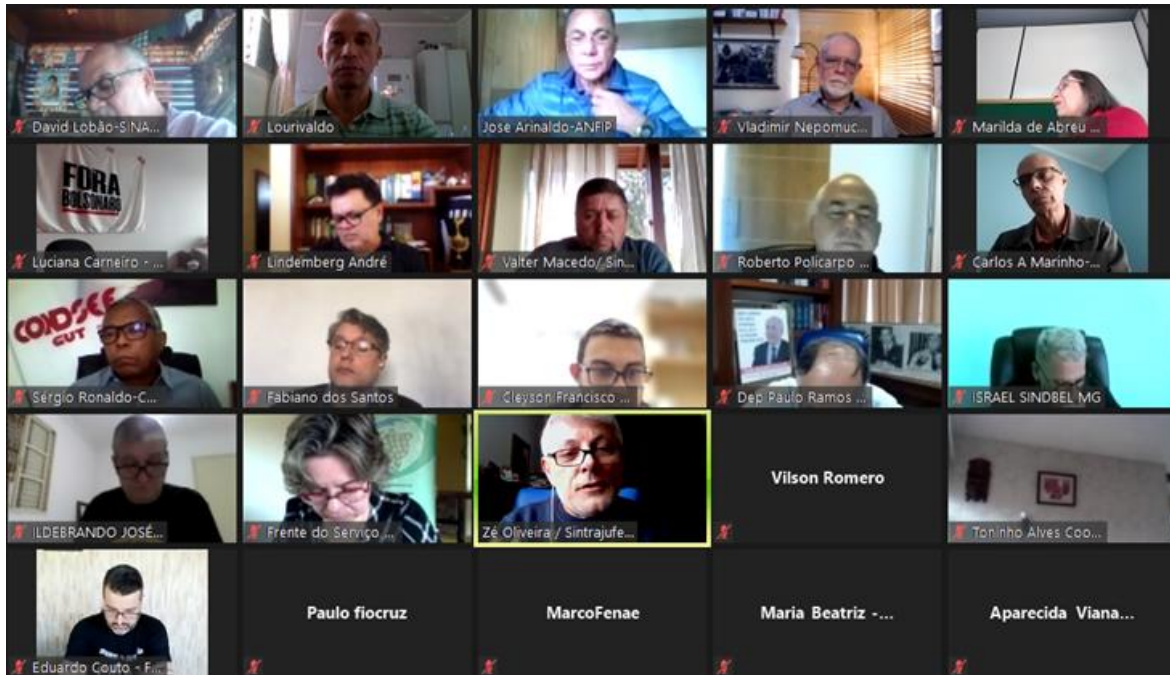


Frente Parlamentar crê que é possível derrotar a PEC 32 e pede atuação na rua



Na reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (FPM) realizada nesta segunda-feira (5), os deputados federais Rogério Corrêa (PT) e Paulo Rocha (PDT) reforçaram a necessidade de os servidores públicos estarem presentes nos atos "Fora Bolsonaro" com a bandeira contra a Reforma Administrativa (PEC 32). Na avaliação deles, é possível derrotar a PEC, mas é preciso aproveitar todas as oportunidades para levar à população a manifestação contra a proposta do governo.

Nesta segunda, foi divulgada pesquisa de opinião da Confederação Nacional do Transporte (CNT) em que 45,2% se manifestaram contra a estabilidade, enquanto 11,6% não são nem contra nem a favor e 35,1% são a favor. Portanto, somando os dois percentuais que não são a favor da reforma, chega-se a 46,7%. Esses números desmentem aquele discurso de que a população é contra o serviço público.

O deputado Rogério Corrêa lembra, porém, que os servidores precisam ser mais incisivos nas manifestações dos atos contra o governo. "Precisamos ver mais faixas, mais cartazes contra a reforma", sugere. O deputado disse que é preciso procurar as centrais sindicais para que também elas encampem essa bandeira.

O Secretário Geral da Condsef/Fenadsef esteve presente na reunião da Frente. O SINDSEP-MG tem feito esse chamamento aos servidores e levado para os atos a campanha contra a PEC 32/20, "cancela a reforma", além de divulgação de cards em suas redes sociais e matérias alertando sobre as consequências nefastas da PEC 32/20 não somente para os servidores públicos, mas para toda a população que depende dos serviços públicos.

Privatização completa dos serviços públicos

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG), um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e que também integra a Comissão Especial que debate a proposta na Câmara dos Deputados, falou sobre estratégias para derrotar a reforma do governo Bolsonaro-Guedes que ameaça o modelo de Estado brasileiro. "Isso é a privatização completa dos serviços públicos", alertou.

Para ele, a reforma Administrativa tem objetivo claro de mudar a Constituição na intenção de transferir à iniciativa privada recursos que hoje são obrigatórios para investimento do Estado. Esses recursos, explica o deputado, poderão ser realocados através de convênios e cooperação que serão regulados até mesmo por meio de medida provisória. Entre os impactos da reforma ainda estão o fim da estabilidade, ameaça de demissão de servidores e ampliação de contratação de cargos comissionados sem concurso público, além de afetar os atuais servidores, contrário do que o governo e seus aliados no Congresso vêm declarando. "É preciso continuar nas redes e nas ruas denunciando e pressionando parlamentares, cobrar diretamente. Esse trabalho é fundamental. Deputados vendo o enfraquecimento do governo e que em suas bases a população não quer a reforma e a retirada de direitos, o efeito acontece", pontua o deputado. O resultado da votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apesar de ter sido desfavorável, com 39 votos a 26, mostrou que a derrota da PEC é possível.

Servidores da Funai irão atuar com indígenas contra o Marco Temporal

Uma atuação permanente contra a aprovação do Projeto de Lei - PL 490/2007, que trata do Marco Temporal para interromper definitivamente a demarcação das terras indígenas no Brasil. Essa foi uma das resoluções do Encontro Nacional dos Servidores da Funai, realizado na última sexta-feira (02/07). Na ocasião, os servidores decidiram apoiar e participar da atividade que será realizada no dia da votação da repercussão geral do Marco Temporal no Supremo Tribunal Federal (STF), marcada para o início do próximo mês de Agosto.

O Marco Temporal é defendido por representantes do agronegócio para questionar e limitar a demarcação de terras indígenas. Por meio do Marco, os territórios indígenas só poderão ser demarcados se os povos conseguirem provar que estavam ocupando a área anteriormente ou na data exata da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, ou se ficar comprovado conflito pela posse da terra.

O assunto estava previsto para ser discutido no dia 30/06, durante a última sessão ordinária do semestre, mas sequer chegou a ser apreciado pelos integrantes da Corte. O adiamento frustrou os cerca de mil indígenas integrantes do "Acampamento Levante Pela Terra", que foram a Brasília acompanhar o julgamento, além da tramitação de projetos de lei que afetam os povos originários.

Lideranças indígenas temem que a indicação de um novo ministro do STF pelo presidente Jair Bolsonaro aumente as chances de validação do Marco Temporal, em função do alinhamento do governo federal com interesses ruralistas.

Os servidores da Funai também darão todo apoio às lutas das comunidades indígenas como o acampamento Terra Livre, previsto para acontecer no mês de agosto, em Brasília, e a Marcha das Mulheres Indígenas que será realizado entre os dias 07 e 11/09/2021, também em Brasília. Irão ainda levar para a Internacional do Serviço Público (ISP) as demandas do setor Indígena e compartilhar com os demais segmentos internacionais a situação de ataque aos povos que está sendo promovida pelo governo Bolsonaro.

Os servidores da Funai também pretendem organizar um encontro nacional unificado dos setores do Meio Ambiente, Funai, Agricultura e Movimentos Sociais, para construir as plataformas comuns que dizem respeito às áreas ambientais, da agricultura e indígena. Irão se mobilizar pelo resgate da autonomia das coordenações regionais da Funai, combater o processo de perseguição e assédio moral na Fundação Nacional do Índio.

Também irão organizar junto ao coletivo jurídico da Condsef/Fenadsef e as assessorias jurídicas das suas entidades filiadas espaços para debater e tirar orientações e resoluções conjuntas no sentido de analisar todos os instrumentos publicados pela gestão da Funai, como as instruções normativas, notas técnicas, portarias e leis.

Novo calendário para a prova de vida do INSS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) divulgou novo calendário para a prova de vida de aposentados e pensionistas. Os segurados devem estar atentos para não perder os prazos, que agora incluem os meses de janeiro a agosto de 2022 para quem tem de fazer a comprovação entre maio de 2021 e julho de 2022 (antes ia até dezembro de 2021). Mas quem precisava provar que estava vivo em maio e junho de 2020, terá que fazer o procedimento até 31 de julho para não ter o benefício suspenso. E quem quiser antecipar, pode fazer a prova de vida antes.

É importante lembrar que as pessoas com mais de 80 anos e com dificuldade de locomoção não precisam ir até o banco. Nesses casos, o próprio beneficiário, ou um familiar, pode pedir o serviço de prova de vida domiciliar.

Atenção ao prazo

Quem perdeu o prazo da prova de vida terá o benefício suspenso. É importante procurar o banco o quanto antes, alerta o INSS. Se isso aconteceu, basta comparecer ao banco onde recebe o pagamento, fazer a comprovação de vida e o pagamento é liberado na hora. Se o beneficiário já tem biometria cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento de Trânsito (Detran), poderá ainda fazer a comprovação pelo aplicativo do Meu INSS, sem ir ao banco.

Quem tiver dificuldade, na rede bancária ou pelo aplicativo Meu INSS, deve entrar em contato com a Central 135 para o atendimento em uma Agência da Previdência Social. Isso porque, após a suspensão do pagamento, se a prova de vida não for feita em até seis meses, o benefício será cessado. O segurado terá que pedir a reativação do benefício pelo Meu INSS.

Prova de vida em casa

Será feita com a visita de um funcionário do INSS à residência do segurado que, em qualquer idade, não tenha como se locomover, ou para maiores de 80 anos, com ou sem problemas de locomoção. Pessoas que não podem se locomover ou seus representantes devem ligar para 135 ou acessar o site Meu INSS para agendar a prova de vida. Não precisam de cadastramento de procuração ou comparecimento a uma agência. Mas é preciso testado médico ou declaração emitida pelo profissional médico competente.

Nos requerimentos pelo 135, a própria central agendará a apresentação da documentação comprobatória, e o requerente saberá a data para comparecimento na agência ou possibilidade de anexá-la pelo Meu INSS. Deverá ser selecionado o serviço "Solicitar Prova de Vida – Dificuldade de locomoção", do tipo tarefa, modalidade atendimento à distância, código 4972, sigla Pvidaflo, para emergências e prioridades.

Para aqueles com mais de 80 anos, o pedido é pelo serviço "Solicitar Prova de Vida – Maior de 80 anos" – código 4952, sigla Pvidaidoso, cujo cumprimento deve ser emergencial e prioritária. A tarefa "Solicitar Prova de Vida – Maior de 80 anos" criará automaticamente a subtarefa "Pesquisa Externa – Prova de Vida" – código 4953, sigla Pexprivuda, cujo cumprimento deve emergencial e prioritária.

Presencial

Aposentados e pensionistas que tiverem a biometria bancária cadastrada poderão usar qualquer caixa eletrônico. Muitos bancos aceitam qualquer transação nos terminais como prova de vida, como a retirada de um extrato bancário, por exemplo. Os que não têm biometria, podem ir à agência bancária com CPF e documento com foto.

Cuidado com golpes

O INSS informa que não entra em contato direto com o beneficiário para pedir qualquer informação, dados pessoais ou fotografias, para concretizar a prova de vida. Em caso de dúvidas, procure os canais de atendimento remoto), disponível no site (gov.br/meuinss) e aplicativo do Meu INSS. Ou ligue para o telefone 135, de segunda a sábado, das 7 horas às 22 horas (horário de Brasília), informou o INSS.